

## ENTENDENDO A CIDADE DIFUSA - UMA PROPOSTA METODOLÓGICA] PARA O ESTUDO DAS SUAS PERIFERIAS

### Alfio Conti

Doutor em Geografia; Professor na Universidade Federal de Minas.

Gerais.

contialfio@gmail.com

### Gustavo Adolfo Tinoco Martínez

Arquiteto; pesquisador na Universidade Federal de Minas Gerais.

Gustavo.a.t.m.12345@hotmail.com

### Nataly Almeida Augusto

Arquiteta; pesquisadora na Universidade Federal de Minas Gerais.

nataly.augusto@gmail.com

### Eixo: O planejamento urbano e regional na produção da cidade sul-americana contemporânea

#### Introdução

A estruturação do território e a descentralização metropolitana sustentada por uma estrutura urbana regional articulada encontrada principalmente, mas não somente, a região sudeste do Brasil, faz com que na atualidade possa se falar de cidade difusa e de urbanização difusa ou extensiva para o Brasil também. A compreensão destes fenômenos e dos processos que os conduzem, assim como suas manifestações físicas e geográficas se torna de extrema importância para nortear ações e propostas de intervenção e gestão. Este trabalho resgata a discussão sobre cidade difusa e busca apresentar uma metodologia de investigação para o mapeamento daquelas partes que permanecem em segundo plano, ofuscadas ou esquecidas, em razão do esforço de compreensão dos elementos centrais do novo arranjo urbano espacial e territorial.

#### Cidade e território

O processo de urbanização atual, apesar da variedade de suas feições e da quantidade de denominações utilizadas como rotulagem, aponta ainda, e de uma forma clara e unívoca, para a

permanência da cidade e isso ocorre em uma multiplicidade de formas e tamanhos nunca antes vistas na história da humanidade, muitas das quais são novas e inusitadas, marcando de forma explícita o tempo atual. A realidade urbana, apesar de continuar a ser contraditória, mantém-se ainda como lugar de oportunidades, pois é na cidade que a interação social, a liberdade, a participação e a responsabilidade é maximizada, mas a cidade continua sendo também um lugar de exclusão, de discriminação, de marginalização e de isolamento (CLAVAL, 1982). O que, da cidade, chama atenção é a capacidade de se adaptar, transformar e moldar, recriando e modificando suas formas, suas características e suas partes em arranjos cada vez mais desafiadores.

Nesse sentido o que mais desperta a atenção é que a cidade contemporânea “se re-cria também além de seus limites” (INDOVINA, 2005) transbordando, derramando, organizando e diluindo-se em diferentes densidades naquele espaço que outrora era visto como sua antítese. Trata-se de um processo de transformação e re-significação, que acontece de uma forma biunívoca com a permanência e convivência de grande parte dos caracteres do passado em novas composições, resultando, o território, como uma possível nova forma de cidade.

O processo de difusão e dispersão territorial em curso, como sustenta Indovina (2005), não constitui a busca de autonomia por parte dos territórios, mas uma modalidade diferente e mais ampla de constituir inter-relações e interdependências, ou seja, uma modalidade diferente de produção de cidade.

Essa nova cidade traz e incorpora imagens que buscam representar o que está acontecendo e evocar novas possibilidades e novas dimensões espaciais e sociais que se materializam em um objeto que é visto como composto de um espaço que congrega diferenciação e articulação espacial, fragmentação e amplitude, abertura e incompletude, em um processo de estruturas coerentes em contínua ampliação e transformação. A cidade é hoje, mais do que nunca, fruto e consequência do processo de difusão urbana que acaba diluindo a cidade no território de forma homeopática sem empobrecer a vida social e individual e gerando crescimento econômico e desenvolvimento social.

A integração econômica, social, cultural, assim como das atividades ligadas ao dia-a-dia, sem mantém intacta e se reforça e a cidade, em decorrência de processos históricos e pela ação dos agentes econômicos e públicos, acaba se transformando, do ponto de vista funcional, para permitir realizar objetivos de eficiência espacial, garantindo assim, de um lado estratégias de

desenvolvimento local e do outro a melhoria das condições de vida de seus habitantes. Por estes motivos pode e deve ser considerada como a expressão da cultura contemporânea e dá corpo a uma concepção do mundo atual caracterizada pelo problema da integração, sendo esse o problema mais importante a resolver, pois trata-se de um pré-requisito necessário e indispensável ao seu bom funcionamento. O centro desta nova cidade está, hoje em dia, um pouco em cada parte e, a partir disso, cada morador constrói a própria cidade ao usar de maneira ampla este território e suas várias centralidades. A cidade se constrói assim graças à circulação possibilitada pelo automóvel privado que permite o deslocamento em todas as direções valendo-se das ligações existentes entre os vários lugares que dela fazem parte. O processo, apesar de aparentar dispersão, caracteriza-se na verdade pela tensão gerada por uma nova forma de agregação: o indivíduo se re-agrega, assim como se recompõe o fragmento urbano dentro de uma perspectiva de adequação aos novos mecanismos económicos e aos processos de integração sociocultural em diferentes escalas, do local ao mundial (INDOVINA, 2005). Cada parte é entendida como a adição de um pedaço, de um fragmento dentro do grande mosaico do território contemporâneo (ROWE, 1991) revelando-se ser o produto de inúmeras escolhas individuais ou parciais, e, afinal, como a soma das escolhas efetuadas por uma inteira geração que dizem a respeito da melhor maneira de morar, trabalhar, se divertir e viver (FOLGESON, 1993). Essas escolhas são feitas por pessoas que pertencem ao mesmo grupo social e ao mesmo nível económico, que tendem a viver lado a lado, mas não juntos, em casas parecidas, mas não iguais, a se deslocar com o automóvel para trabalhar em ambientes parecidos (AMENDOLA, 1997). Essa nova cidade oferece inúmeras possibilidades de localização, assim como distintos tipos de espaços, garantindo estilos de vida diferentes, mantendo lógicas que parecem submersas e de difícil interpretação apontando, superficialmente e erroneamente, para uma redução e mistura entre os lugares, que, de fato não ocorre. Tudo isso leva à redefinição geral das centralidades e da ideia de centro e, por consequência, a uma mudança dos valores tradicionais ligados à localização, que sustentam uma espacialidade cada vez mais duvidosa e de difícil entendimento (MUNARIN; TOSI, 2001). Munarin e Tosi (2001) assinalam como o território é considerado hoje o lugar físico e teórico no qual:

- pode ser projetado o futuro da cidade e da sociedade;
- pode se elaborar o processo de conhecimento crítico-propositivo;
- pode se localizar estavelmente a sociedade, na nova fase de ocupação territorial;

- e pode se tomar forma a inovação, elemento vital e estrutural do capitalismo contemporâneo.

A nova realidade urbana que não necessita mais apenas de um grande centro que constitua a referência, se organiza por espacializações diversificadas e difusas segundo hierarquias variáveis que se manifestam e sustentam a partir das tradicionais estruturas metropolitanas ou regionais (NEL-LO, 1999; 2004). As tradicionais ligações do centro com o resto do território se modificam tornando-se multi-direcionais como resultado da difusão, e diluição no território, não somente da população, mas também das atividades, das funções comerciais, dos serviços, etc. A tendência é distribuir, diluindo no território pontos de especialização nos quais se encontram as funções econômicas principais e os serviços especializados, em alguns casos diversificados, integrados entre si compondo um conjunto unitário (CICIOTTI, 1993). Este processo é visto, in primis, como o resultado da auto-organização do território mais do que o resultado de políticas de planejamento regional que chegam, em um segundo momento, para referendar os novos arranjos. A auto-organização possui a vantagem de fornecer uma resposta possível às exigências atuais sem a desvantagem de proceder por tentativas e erros, em virtude da capacidade de arranjo paulatino e contínuo, mostrando mais do que a compreensão das inter-relações gerais deste sistema, sua integração estrutural com o território, seus agentes, seus processos políticos e socioeconômicos, e sua formas, mesmo que, do ponto de vista operacional, não seja sustentada, de imediato, por uma adequada estruturação territorial que poderá ocorrer, a mando dos atores públicos, a posteriori.

O processo de auto-organização acaba por responder, em primeiro lugar, às necessidades de organização do mercado e (sem a mediação da coletividade e do poder público, com uma ação de planejamento e de ordenamento territorial mesmo que mínima), acaba por gerar processos de seleção e exclusão sócio-espacial (INDOVINA, 2005). O que parece se configurar é a convergência em direção a territórios pautados por novas ordens hierárquico-territoriais que, resultado da organização produzida por novas lógicas, organizam-se de maneira integrada, constituindo partes que compõem o novo arranjo à escala territorial. A nova hierarquia não pode ser pensada, porém, como um processo concluído em todas as suas partes, nem como um processo permanentemente em curso, sendo impossível, ou quase, imaginar que existam modelos e leis que se aplicam indiscriminadamente a todas as regiões ou a todos os contextos regionais. A representação dessas hierarquias não se configura mais com a tradicional forma da pirâmide (com os valores máximos

presentes no centro e diminuindo na medida que estes se afastam dele), mas com um continuum espacial composto por um conjunto de “morros” e “vales”, onde os morros são as centralidades e os vales correspondem às marginalidades periféricas.

As marginalidades periféricas são partes que, normalmente, acabam sendo colocadas em segundo plano dentro do processo de compreensão do novo arranjo urbano. Por este motivo sua individualização e mapeamento, se de um lado resulta ser mais difícil, em decorrência da quase ausência de metodologias de levantamento, agravadas pelo fato de que podem ser facilmente confundidos com o que era identificado como espaço rural, do outro se torna determinante para poder compreender por completo o formato da nova cidade.

Parte-se, também do pressuposto que no processo de difusão urbana o espaço rural acaba sendo transformado incorporando características urbanas em diferentes gradações, de tal maneira que resulta difícil, se não impossível encontrar espaços que mantem características rurais.

Dito isso entende-se como resulta importante elaborar critérios ou indicadores que permitam identificar essas partes, pois constituem-se como parte dos processos em curso. Por esse motivo, após apresentar a evolução das contribuições teóricas a respeito desse novo formato de cidade será discutido, como e de que maneira podem ser encontradas e mapeadas as marginalidades periféricas desse novo território urbano.

### **Análise da literatura existente**

Escolhendo como referencial teórico-espacial a porção norte da península italiana encontra-se, que remonta ao final dos anos de 1950 a primeira contribuição, feita pelo urbanista italiano Samonà, que chamou atenção para a formação de uma nova dimensão urbana, apontando a relação entre o centro, a cidade histórica consolidada, e as periferias a ela subordinadas. O autor introduz um novo ponto de vista de abrangência territorial e sublinha a importância do aspecto construtivo de sua extensão sobre o território e das transformações que são por ele produzidas e do sistema das infraestruturas, principalmente as infraestruturas de circulação, permitindo uma nova leitura e interpretação dos fenômenos urbanos e territoriais e uma mais adequada e nova dimensão da intervenção urbanística (SAMONÀ, 1959).

No final dos anos 1950, outros urbanistas italianos como De Carlo e Quaroni (De CARLO et al., 1960) chamam atenção a respeito da mudança da “escala urbana” relacionada à mudança dos modos de vida. Nestes mesmos anos, Rossi sustentava que as relações entre cidade e periferia devem ser enfrentadas olhando para a periferia como problema de planejamento de uma realidade em evolução (ROSSI, 1961).

O conceito mais apropriado introduzido nesta época para definir este fenômeno é, segundo Indovina (2005), aquele de “cidade região”, apresentado e discutido em 1962 em um seminário dirigido por De Carlo, no qual tentou-se, pela primeira vez, sistematizar alguns fenômenos que estavam acontecendo. Nas investigações e nos discursos dos urbanistas italianos, a cidade região torna-se uma imagem por meio da qual se propõe uma visão global do território urbanizado, além das oposições conceituais existentes entre urbano e rural, que contêm a vontade de superar a oposição centro-periferia (BARATTUCCI, 2004).

O conceito de cidade região constitui uma das contribuições mais interessantes que foram produzidas pelo grupo de De Carlo e que foram, na época, incorporadas de alguma maneira no “Plano Intercomunal Milanês” elaborado pelo mesmo autor. Este plano propunha novas reflexões que poderiam levar a uma nova relação entre cidade e campo, entre cidade e periferia, até chegar à superação da oposição dos termos por meio da imagem do continuum urbano, como guia para a ação urbanística no território (De CARLO, 1966). A ação urbanística proposta por De Carlo é capaz de olhar para as formas dos assentamentos não como formas autônomas e estáticas, mas, sim, dinâmicas e em transformação.

No mesmo ano do seminário promovido por De Carlo, Piccinato, Quilici e Tafuri observaram as mudanças dos assentamentos urbanos e propuseram a imagem de “cidade território” (PICCINATO; QUILICI; TAFURI, 1962), uma cidade que nasce em decorrência das mudanças das formas do viver associado, da melhoria do nível de vida socioeconômico, mas também pela difusão de certas formas de lazer de massa unificados pela televisão.

O olhar destes autores direciona-se também à difusão nos territórios agrícolas e costeiros das casas individuais, a maior parte delas casas de veraneio descobrindo que há, também a transformação das escolhas de localização das atividades produtivas que se deslocam para fora das cidades buscando uma inserção na malha viária e rodoviária regional (BARATTUCCI, 2004).

Com a imagem da “cidade território”, os autores querem tornar visível uma mudança nas relações entre cidade e campo “que pode levar à progressiva e total urbanização do solo por meio de um processo de hipertrofia da cidade, dentro de malhas cada vez mais largas que cobrem o território” (PICCINATO; QUILICI; TAFURI, 1962, p. 23) e, sempre segundo eles, fundamental é a atualização dos instrumentos de intervenção e de análise e a “individualização de toda uma série de temas novos e, mais ainda, de relações que estes têm com as características de uma verdadeira trama que estrutura e constitui o esqueleto das novas realidades” (PICCINATO; QUILICI; TAFURI, 1962, p. 24).

Aymonino apoia a ideia e a imagem da “cidade território” na medida em que permite abrir não somente uma nova dimensão urbanístico-arquitetônica, mas, também, político-econômica em escala intermunicipal, sendo vista como necessária para organizar os novos assentamentos urbanos que, após a implementação de um sistema viário eficiente, irão se transformar, como afirma Indovina, por meio de “um processo de nivelamento entre grande, pequena cidade e o campo, integrando as diversas formas de convivência social em uma única indistinta vida comunitária urbano-rural” (INDOVINA, 2005, p. 18).

Aymonino prevê também modificações na residência por meio de um uso mais livre e cada vez mais ligado às escolhas individuais e a cidade território contém a impossibilidade de propor um desenho global, implicando na necessidade de um planejamento contínuo, assim como de novas e contínuas análises morfológicas, em escala territorial.

Nesse sentido, Gregotti sustenta a importância de descrever as novas formas do território, para conhecer o “poder estruturado” e para adequar àquelas os novos projetos. Para fazer o que propõe, utiliza uma visão “antropogeográfica”, que lembra aquela da tradição geográfica francesa, capaz de individualizar as estruturas formais e de orientar as possibilidades de novas combinações no projeto do território.

O olhar geográfico, proposto por Gregotti para descobrir as formas do território, sugere leituras e interpretações que, ao se cruzar a sincronia e a diacronia das formas e pular de uma dimensão para outra, de uma escala para outra, dentro dos elementos que estruturam a paisagem, podem articular arquitetura e urbanismo dentro de novas perspectivas.

Um autor que merece destaque neste debate é o sociólogo Ardigó, que observa o fenômeno da difusão urbana que não se limita à área edificada contínua, mas penetra com os meios de

comunicação, com feições culturais e com os fluxos dentro do campo ao redor da cidade e vai longe (ARDIGÓ, 1967). Uma difusão urbana, por ele observada como “expansão do tecido urbano”, guiada pela construção de residências privadas e de novas empresas comerciais e produtivas, localizada dentro das “áreas metropolitanas” (ARDIGÓ, 1967).

A difusão urbana vista por este autor é constituída de partes diferentes, mas é interdependente, e pela integração social de mais centros urbanos em um único grande organismo social, com limites cada vez mais flutuantes e indefinidos (ARDIGÓ, 1967).

Ardigó identifica, na formação da “difusão urbana”, uma dinâmica “oposta e contemporânea”, um “conflito entre os valores da centralidade e da descentralização” e a tendência em direção ao individualismo da sociedade contemporânea. Ardigó destaca que “o enorme fenômeno difusivo” que se manifestou na Europa Ocidental, a partir da metade dos anos 1960 é definido como uma dispersão que se manifesta em extensões de pequenas casas de campo e de casas unifamiliares, com jardim que repetem o tema do individualismo e da vizinhança homogênea, e na observação deste fenômeno, salienta que a exasperação da concentração de volume e de densidade produz pressões antitéticas em direção à difusão suburbana, com sempre menor densidade habitacional (ARDIGÓ, 1967).

Na metade dos anos 1970, uma pesquisa coordenada pelo urbanista Mioni sobre o crescimento urbano aponta que a novidade mais evidente no território contemporâneo reside na aceleração do ritmo das mudanças nos assentamentos, seja do ponto de vista demográfico ou do ponto de vista construtivo encontrando uma nova dimensão dos incrementos, que qualitativamente se traduz nas relações cada vez mais complexas entre as várias partes da cidade e entre as cidades no seu conjunto e o território (MIONI, 1976).

Samonà, no final dos anos 1970 coloca em destaque a crise profunda do campo e a decadência dos centros urbanos menores espalhados no território, além das massivas transformações das formas de assentamento, causadas sobretudo pelas residências turísticas, que alteram de maneira irreversível o campo, as costas e os territórios das montanhas (SAMONÀ, 1968).

Esse autor colocou como forma de luta contra a casualidade da intervenção construtiva no ambiente natural a construção do “campo urbanizado”, transformando o campo em uma “constelação de cidades” e valorizando os assentamentos urbanos e monumentais antigos (SAMONÀ, 1968). A



organização urbanística territorial proposta é vista como uma solução para a congestão da cidade, a fim de alcançar um novo equilíbrio territorial bastante estável entre todas suas partes, também por meio da possibilidade de alcançar graus elevados de urbanização do campo (SAMONÀ, 1968) e foi muito utilizada nas décadas sucessivas para designar a urbanização dispersa nos territórios precedentemente agrícolas, externos aos núcleos urbanos densos.

Samonà continuou seus trabalhos de reflexão e observação ao longo também dos anos 1970 e focou sua atenção no processo de formação de uma área metropolitana periférica que ele chama de “cidade em extensão” e que descreve como um território ainda urbano que se apresenta com partes construídas, que se articulam com partes rurais (SAMONÀ, 1968). As reflexões e observações do autor sublinham a necessidade crescente de um programa de pesquisa que busque reconhecer as várias características do território italiano e determinadas formas de intervenção, relativas a motivações urbanísticas estabelecidas ao nível político e cultural (SAMONÀ, 1975a).

Uma contribuição mais recente vem de Dematteis (1985, 1990, 1991, 1992), que observa a “difusão territorial do desenvolvimento” com olhar econômico-geográfico centrado nas “áreas metropolitanas”, na imagem de rede (interações internas a uma área geográfica) e naquela de nó (dinâmicas dos assentamentos, físicas e sociais locais). O estudo do novo fenômeno urbano é fundado, segundo Dematteis, na hipótese de fundo de que a rede urbana nacional, analisada com a infraestrutura de conexão territorial, possua duas funções principais:

- valorizar os recursos locais;
- unificar os circuitos nacionais e conectá-los com os circuitos internacionais.
- Duas funções que concorrem para a formação de dois fenômenos urbanos ligados a dois diferentes movimentos:
- um fenômeno urbano em rede, difuso, ligado a um “movimento centrífugo”;
- um fenômeno metropolitano, fundamentalmente “centralizado”, ligado a um “movimento centrípeto”.

Estes dois movimentos apresentados por Dematteis não são, segundo Indovina, um a negação do outro e não se excluem reciprocamente, mas se complementam um ao outro e são a representação, com suas funções de origem, da “dialética centralização-difusão” (INDOVINA, 2005).

Ao se utilizar uma terminologia e uma abordagem de derivação francesa, são reconhecidas diferentes formas de “expansão periurbana”, expansão que compreende aquele tipo mancha de óleo e o urbano difuso. A visão de rede de base e os fenômenos encontrados no seu interior, incluindo a expansão periurbana, mostram a presença de novas relações entre o centro e a periferia e a coexistência de duas tendências principais correlatas:

- a centralização de uma série de funções em nível elevado;
- a transformação em rede das relações de interdependência (FUBINI; GARIO, 1992).

Na mesma época Curti e Diappi (1990) evidenciaram como as redes e as hierarquias, que podem integrar o sistema hierárquico e o sistema reticular, parecem às vezes se contrapor e às vezes se integrar nos diferentes contextos territoriais e nas diferentes categorias funcionais ou dimensionais. Uma volta ao estudo da cidade e dos seus aspectos físicos é a pesquisa dirigida por Bellicini (1991) sobre 18 cidades europeias dos anos 1990, que aponta sua atenção na questão da dimensão físico-construtiva da cidade como um elemento absolutamente essencial para a análise das transformações em curso.

Um pouco anterior à pesquisa de Bellicini é aquela coordenada por Giovanni Astengo de 1982 a 1988, sobre a situação do processo de urbanização na Itália, e que concentra sua atenção sobre o consumo de solo. Ela permitiu identificar os diversos graus de “dispersão e densidade” do espaço construído e entre os vários “tipos morfológicos” encontrados, aparece o tecido pouco denso da urbanização dispersa (ASTENGO, 1990) que é vista como um fenômeno transitório.

A pesquisa de Astengo pode ser ligada idealmente ao programa de pesquisa conduzido por Clementi, Dematteis e Palermo (1996), que tem como objetivo definir novos instrumentos analíticos para compreender a nova maneira de utilizar e habitar o território. Com essa pesquisa, é introduzido o conceito de “ambiente de assentamento local”, que representa a chave por meio da qual tenta-se restabelecer a rede dinâmica das relações entre ambiente, matrizes territoriais, formas da urbanização e formas sociais, produzidas por microrregiões dotadas de identidade reconhecível e significativa (CLEMENTI; DEMATTEIS; PALERMO, 1996).

Clementi complementa as análises, ao reconhecer “novas estruturas” e “novos materiais urbanos” (como os espaços dos percursos, os espaços do lazer, os espaços dos pequenos empreendedores, etc.). Segundo este autor, os materiais atraídos no processo de localização por parte dos grandes

eixos rodoviários se sobrepõem sem nenhuma atenção aos traçados históricos do território e transformam o espaço que, antes, era consagrado às atividades agrícolas.

Todavia a ordem da paisagem natural com seus acidentes topográficos torna o espaço limitado. O novo se manifesta com a transformação de certos atributos urbanos. As permanências e as inovações se misturam de uma maneira inédita, enquanto os signos da história e da natureza continuam a agir em profundidade, mesmo ao assumir um sentido diferente do passado. Clementi sublinha a mudança do sentido dos lugares que por intermédio da colisão da nova sociedade com a sociedade tradicional, cria novas formas de assentamentos estruturadas sobre uma mobilidade diferente (CLEMENTI; DEMATTEIS; PALERMO, 1996, p. 154).

Secchi (2000), notável urbanista italiano, analisa o processo e aponta que suas origens são encontradas nas formas de um fortíssimo conflito entre os agregados sociais de maiores dimensões e a indústria, que escolhera novos caminhos. Entre eles, aponta a descentralização em países e regiões menos desenvolvidos e urbanizados, aquela da dispersão em empresas de pequenas dimensões, disseminadas em territórios que não são nem cidade nem campo, ou aquela da desterritorialização. O autor trata do processo após analisar aquelas que ele define como “quatro grandes mudanças”, quais sejam:

- a questão complexa e articulada da habitação, que não pode ser solucionada por uma resposta única e totalizadora;
- a especialização funcional e a exclusividade dos principais equipamentos urbanos;
- a enorme expansão da cidade do século XX, do espaço aberto e em particular do espaço público;
- a perda de uso de muitos lugares e de muitas edificações (SECCHI, 2000).

Secchi (1993) sublinha as regras que definem o estatuto da cidade tradicional e se opõem à nova forma de cidade, à cidade difusa, já que nesta predomina o espaço aberto, fortemente privatizado e onde o espaço público tende a se concentrar e a se organizar, frequentemente em grandes parques escolares, esportivos, comerciais, industriais, etc. Salienta, também, que os princípios que estão por trás das novas formas de assentamento não seguem mais as regras “gramaticais e sintáticas”, que podem ser reconhecidas no “texto” urbano. Uma outra lógica de montagem de materiais singulares

substitui as imagens clássicas da regularidade, da repetição e da hierarquia. As casas individuais com jardim, os parques de diversão, as rodovias, os “espaços para a música” (SECCHI, 2000, p. 149), os grandes hipermercados, etc., são isolados e colocados a uma certa distância uns dos outros e este isolamento recíproco, junto à autonomia funcional e expressiva, muitas vezes torna difícil sua inserção em conjuntos temáticos.

Nota-se também que cada tentativa de reconstruir regras, às quais os objetos arquitetônicos devem se submeter, parece arbitrária e estranha e as tentativas de reconstruir regras arbitrariamente “se concluem, muitas vezes, com uma postura nostálgica, que tende a voltar na história” (SECCHI, 2000, p. 139).

Secchi analisa as grandes transformações na mobilidade em termos de estrutura, de funcionamento, de relação com a constituição física do espaço e com sua estética. Segundo este autor, aos movimentos sistemáticos casa-trabalho, que marcavam o tempo na cidade industrial moderna, substituiu-se uma dispersão de movimentos entre origens e destinações, cumpridos por sujeitos muito diferentes entre si, com escopos e horários variados.

A relação entre as mudanças das características da cidade e do território, em particular a acrescida dispersão dos assentamentos originada pelos meios de transporte, principalmente pelo carro e pelos caminhões, é inadequada do ponto de vista funcional. O que muda, segundo Secchi, é o tipo de mobilidade que encontra, nos meios de transporte, a maneira para se sustentar e passar por uma transformação de paradigma (SECCHI, 2000).

A ideia da esponja, associada ao território, serve para entender que, assim como a esponja, o território possui superfícies de entrada e saída, é um sistema que, entre certos limites, se auto-regula (SECCHI, 2000, p. 102), tem uma capacidade difusa de absorção e pode estacionar uma parte do líquido por um certo tempo, para depois devolvê-lo. Assim como a esponja se dilata, o território também.

O “território esponja” definido por Secchi (2000), assim como a cidade contemporânea, demonstra, de alguma maneira, a tendência da difusão de se tornar cidade e, ao mesmo tempo, mostra a cidade aberta no território, mediamente com baixa densidade, porosa, fragmentária, descontínua e heterogênea. Ela tem, no seu centro, o vazio e o caráter que permeia a maneira de habitar esta

cidade (casa individual, em lote individual), o que leva a crer que dificilmente possa se transformar em cidade compacta e que, por isso, está à espera de um projeto.

A cidade difusa é, como foi visto com Secchi, a imagem utilizada no começo dos anos 1990, adotada também pelos urbanistas Boeri e Lanzani, que colocam em destaque situações urbanas inovadoras e complexas (BOERI; LANZANI, 1992). Por meio de um conjunto de leituras, reconhecem “paisagens novas e ambientes novos” em relação àqueles tradicionais e concentram a atenção sobretudo nas transformações ligadas à difusão da urbanização, no estudo de um caso específico: a região milanesa (BOERI; LANZANI, 1993). Apesar de fazer referência às áreas metropolitanas, assim como consideradas na tradição da pesquisa italiana, Martinotti (1999) fornece interessantes ocasiões de reflexão, também em razão das comparações que ele elabora com outros contextos internacionais. Segundo este autor, a difusão da área periurbana é parte integrante da cidade contemporânea e é o lugar da nova redistribuição, no território, das atividades produtivas, dos grandes assentamentos de serviço, aeroportos e shopping centers, em volta dos quais está se organizando o conjunto das atividades urbanas (MARTINOTTI, 1999). Trata-se de uma tendência que junta, em uma coisa só, fenômenos de natureza econômica, a busca de maior qualidade de vida por parte da população por meio de novas formas de habitação, a funcionalidade territorial dos outros usos, além da habitação. Van den Berg (1999) aponta que os futuros desenvolvimentos urbanos serão dominados por uma tendência persistente em direção à descentralização urbana e em direção a regiões urbanas funcionais cada vez maiores.

Não é fácil de se entender o complexo conjunto de relações geradas pelas práticas sociais e políticas que constituem o motor das transformações mas, para Indovina (2005) o processo que ocorre nos assentamentos difusos e da baixa densidade se conjuga a uma tendência geral originada por fatores diferentes (econômicos, culturais, sociais, etc.) e a forma específica que a transformação adquire no nível local é filha, tanto da tendência geral, quanto dos fatores específicos que operam neste nível.

Alguns desses fatores, combinando-se, geram o fenômeno da dispersão, ao partir-se da constatação de que este processo é uma forma de adaptação e resposta, por parte da cidade e do território, ao processo de globalização e resultado da adoção das novas tecnologias informáticas e telemáticas, como meio de encontrar um lugar dentro da nova dimensão da economia mundial e evitar que esses espaços e territórios se tornem, com isso, um elemento passivo deste processo.

## **Mapeamento das marginalidades periféricas, uma proposta metodológica**

As marginalidades periféricas que podem ser entendidas como a(s) periferia(s) dessa nova cidade não são de fácil, nem de imediata identificação. Aparece claro que elas existem e podem ser representadas, para um território com urbanização difusa, utilizando uma metáfora da geografia física, pelos “vales”. Seus opostos, os “morros”, correspondem a centralidades. Esta metáfora permite compreender a urbanização difusa como uma sequência de morros e vales, de centralidades e de marginalidades periféricas dentro das quais pode ser definida uma hierarquia distinguindo centralidades mais fortes, assim como marginalidades periféricas mais frágeis. A hierarquização torna-se importante para melhorar a análise e facilitar a compreensão do conjunto e da mesma forma que podem-se hierarquizar as centralidades podem ser hierarquizadas também as marginalidades periféricas podendo apontar aquelas que possuem maior fragilidade.

Dito isso, de que maneira é possível identificar e mapear as marginalidades periféricas na cidade difusa assim como no território com urbanização difusa? Por quanto visto até agora resulta claro que as marginalidades periféricas não se encontram espacialmente afastadas das centralidades da mesma forma que se entende para a cidade tradicional, mas que existe um afastamento de ordem qualitativo que pode ser computado para fins de mapeamento e sucessivamente quantificado, ponderando as variáveis utilizadas. Estas últimas são necessárias, pois permitem orientar a busca e garantir a elaboração do mapeamento dessas realidades urbanas.

Antes de qualificar é necessário apontar a existência de alguns elementos estruturadores que desempenham o papel de fatores de inercia, incidindo de forma negativa na qualificação de certos espaços e que, na sua identificação e mapeamento, podem servir para orientar a busca. Esses fatores de inercia correspondem a elementos de organização e infraestruturação do território que são de fácil identificação por causa do porte e que contribuem, em geral, para diminuir a intensidade e afastar o processo de urbanização. Trata-se de elementos que em muitos casos torna-se barreiras de difícil transposição ou elementos que criam espaços marginais, espaços de sobra com dificuldade de acesso e alcance. Esses elementos dividem-se em elementos naturais e artificiais sendo os primeiros rios, lagoas, parques de grandes dimensões, e morros (estes últimos que no caso de certos territórios como a planície veneto-padana aparecem em alguns casos isolados), e os segundos canais artificiais, represas, estradas de ferro, autoestradas e grande equipamentos como aeroportos, portos secos,

presídios e indústrias de porte. Considerando e mapeando esses elementos será possível conduzir a busca no sentido contrário ao que normalmente se faz, pois normalmente parte-se do centro da cidade para identificar os tecidos urbanos mais afastados e periféricos, nesse caso inicia-se daqueles elementos que supostamente podem ser entendidos, possuidores de inércia sendo, de fato, fatores “urbano-repelentes”.

O segundo passo é investigar os espaços urbanos próximos aos elementos mapeados, qualificando as marginalidades periféricas com os atributos qualitativos que lhes são próprios e que devem ser buscados:

- em um primeiro momento distinguindo as características de ordem funcional, morfológicas e sócio-econômicas;
- em um segundo momento, agrupando e sobrepondo essas características para poder ponderar o grau de marginalidade periférica do qual está se falando.

Dessa maneira poder-se-á mapear a intensidade de marginalidade periférica, representando-as utilizando isolinhas que marcarão valores definidos a priori em fase de calibragem da pesquisa.

Para as características de ordem funcional será necessário identificar aquelas edificações ou grupos de edificações que se localizam:

- em áreas com acessos precário, caracterizado pela presença de ruas de acesso sem pavimentação, ou com pavimentação degradada, com geometria que aumenta o risco de acidentes;
- longe dos meios de transporte coletivo tais como linhas de ônibus ou estradas de ferro considerando também a quantidade de corridas diárias disponíveis;
- longe de equipamentos públicos, entendendo como longe a localização fora ou nos limites do raio de abrangência de tais equipamentos, considerando principalmente os equipamentos de ensino e saúde;
- longe de atividades de comércio e serviço consideradas como de primeira necessidade;

- em áreas não atendidas por sistema de esgotamento sanitário dinâmico, ou pelo contrário, aquelas edificações com sistema de esgotamento sanitário composto de fossa séptica, negra ou aquelas cujos rejeitos são lançados diretamente em cursos d’água ou em valas abertas.

Para as características de ordem morfológicas será necessário identificar aquelas edificações ou grupos de edificações que:

- possuem condições construtivas precárias em decorrência da adoção de soluções construtivas não mais empregados para novas edificações (como é o caso das edificações em alvenaria com acabamento simples em argamassa) ou em decorrência da manutenção escassa ou ausente;
- possuem acesso através de estrada com asfalto em condições precárias ou de terra batida;
- localizam-se às margens de vias cuja continuação acaba sendo um ou mais becos sem saída;
- localizam-se ao longo de ruas com a presença de poucas habitações.

Para as características de ordem sócio-econômicas será necessário atentar para a presença de, principalmente dois elementos, sendo esses:

- a presença de residentes anciãos
- a presença de residentes sendo estes estrangeiros imigrados recentemente.

A sobreposição dessas variáveis, cruzada com os fatores de inércia e com uma atenta investigação de campo poderá revelar as marginalidades periféricas presentes dentro do território/cidade. Ademais o cruzamento ponderado dessas variáveis, sugerido anteriormente, pode servir para identificar diferentes graus de marginalidade periférica aprofundando o conhecimento dessa realidade.

Acredita-se, também, que o arranjo resultante possa apontar a presença de padrões que se remetem a lógicas que devem ser decodificadas e que se tornam importantes para entender mais a fundo as características e as dinâmicas em curso nesse objeto territorial e gerar subsídios para a proposição de políticas de planejamento e melhoria das qualidades de vida dos moradores dessas novas realidades urbanas.



## Conclusões

A análise e compreensão de todas as partes que compõem o arranjo espacial e territorial da cidade difusa é algo importante e imprescindível para o entendimento profundo do seu conjunto. As marginalidades periféricas constituem um desses elementos cujo conhecimento é necessário para garantir a apreensão do conjunto. A metodologia proposta permite facilitar o mapeamento e a investigação destas partes de cidade de maneira tal a qualificar o grau de precariedade, entendendo este como necessário para poder pensar, propor e calibrar futuras intervenções, fornecendo um instrumento metodológico a mais para quem investiga e administra estas novas cidades.

## Referências

- AMENDOLA, G. **La città postmoderna**. Roma; Bari: Laterza, 1997
- ARDIGÓ, A. **La diffusione urbana**. Roma: Ave-Na Veritas, 1967.
- ASTENGO, G. Presentazione. *Urbanística Informazioni*, n. 8, supl., n. 111, p. 15, 1990.
- BARATTUCCI, C. **Urbanizzazioni disperse: interpretazioni e azioni in Francia e in Itália 1950 - 2000**. Roma: Officina Edizioni, 2004.
- BELLICINI, L. (Org.). **La costruzione della città europea negli anni '80**. v. 3 Roma; Credito Fondiário, 1991.
- BOERI, S.; LANZANI, A. **Gli orizzonti della città diffusa**. *Casabella*, n. 588, p. 59, 1992.
- BOERI, S.; LANZANI, A. **Nuovi spazi senza nome**. *Casabella*, n. 597-598, p. 74-76, 1993
- CICIOTTI, E. **Competitivá e território: l'economia regionale nei paesi industrializzati**. Roma: La Nuova Itália Scientifica, 1993.
- CLAVAL, P. **Espacio y Poder**. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.
- CLEMENTI, A.; DEMATTEIS, G.; PALERMO, P. C. (Orgs.). **Le forme del território italiano**. Bari: Laterza, 1996.
- CURTI, F.; DIAPPI, L. (Orgs.). **Gerarchie e reti di città: tendenze e politiche**. Milano: Franco Angeli, 1990.
- De CARLO, G. (Org.). **La pianificazione territoriale urbanística nell'area milanese**. Padova: Marsilio, 1966.
- DEMATTEIS, G. La deconcentrazione delle crescita urbana in Itália negli anni '70. In: SEGRE, A. (Org.). **Regioni in transizione**. Angeli: Milano, 1985. p. 70-107.
- DEMATTEIS, G. Modelli urbani a rete. Considerazioni preliminari. In: CURTI, F.; DIAPPI, L. (Orgs) **Gerarchie e reti di città: tendenze e politiche, franco angeli**. Milano: Franco Angeli, 1990.
- DEMATTEIS, G. Nodi e reti nello sviluppo locale. In: MAGNAGHI, A. **Il território dell'abitare: lo sviluppo locale come alternativa strategica**. Milano: Franco Angeli, 1991.
- DEMATTEIS, G. Il fenômeno urbano in Itália: **interpretazioni, prospettive, politiche**. Milano: Franco Angeli, 1992.
- FOLGESON, R. M. **The Fragmented Metropolis: Los Angeles 1850-1930**. Berkeley: University of California, 1993.

FUBINI, A.; GARIO, G. Politiche urbane: mutamenti e tendenze in atto. In: DEMATTEIS, G. (Org.). **Il fenômeno urbano in Italia: interpretazioni, prospettive, politiche**. Milano: Angeli, 1992.

INDOVINA, F. La metropolizzazione del territorio: nuove gerarchie territoriali. In: INDOVINA, F.; FREGOLENT, L.; SAVINO, M. (Orgs.). **L'esplosione della città: Barcellona, Bologna, Donostia-Bayonne, Genova, Lisboa, Madrid, Marsiglia, Milano, Montpellier, Napoli, Porto, Valencia, Veneto orientale**. Bologna: Editrice Compositori, 2005

MARTINOTTI, G. (Org.) **La dimensione metropolitana**. Bologna: Il Mulino, 1999.

MIONI, A. (Org.). **Sulla crescita urbana in Italia**. Milano: Angeli, 1976.

MUNARIN, S.; TOSI, M. C. **Tracce di città. Esplorazioni di un territorio abitato: l'area veneta**. Milano: Franco Angeli/Urbanistica, 2001.

NEL-LO, O. Le dinamiche metropolitane: la diffusione della città sul territorio. In: INDOVINA, F. (Org.). **Barcelona: um nuovo ordine territoriale**. Milano: Franco Angeli, 1999.

PICCINATO, G.; QUILICI, V.; TAFURI, M. La città territorio, verso una nuova dimensione. Casabella Continuità, n. 270, p. 16-25, 1962.

ROSSI, A. **La città e la periferia**. Casabella, n. 253, 1961.

ROWE, P. G. **Making a Middle Landscape**. Cambridge: Mit Press, 1991.

SAMONÀ, G. **L'urbanistica e l'avvenire delle città negli stati europei**. Bari: Laterza, 1959.

SAMONÀ, G. **Provincia Autónoma di Trento: Piano Urbanístico de Trentino**. Padova: Marsilio, 1968.

SAMONÀ, G. **L'unità architettura urbanistica**. Milano: Angeli, 1975a.

SECCHI, B. **Prima lezione di urbanistica**. Roma; Bari: Laterza, 2000.

SECCHI, B. **Un'urbanistica di spazi aperti**. Casabella, n. 597-598, 1993.

Van den BERG, L. Política urbana e orientamento ao mercado. In: MARTINOTTI, G. (Org.). **La dimensione metropolitana**. Bologna: Il Mulino, 1999